

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO
COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia
de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos)

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais
e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas e Administradores da

Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos)

São Gonçalo do Amarante - CE

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados na seção intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulamentações previstas na Lei nº 8.666/93 ("Lei das licitações").

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ausência de controle do ativo imobilizado

Conforme Nota Explicativa nº 14 às demonstrações contábeis, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 da Companhia apresenta nas rubricas de imobilizado os montantes de R\$ 6.616 mil e R\$ 7.814 mil, respectivamente, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A Companhia está revisando o sistema de controle físico do ativo imobilizado que fornecerá, quando concluído o processo, subsídios para análise da composição, movimentação e depreciação dos itens que compõem as respectivas rubricas do imobilizado, bem como comprovação documental do custo contábil registrado. Pelo fato da revisão desse processo não ter sido concluída até a presente data, não nos foi possível determinar eventual necessidade de ajustes sobre o imobilizado em 31 de dezembro de 2019 e dos encargos de depreciação reconhecidos no exercício findo nessa data, assim como nos demais elementos das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo nessa data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S.A. e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis - contabilização da aquisição de investimento a valor de mercado entre entidades de controle comum

Chamamos atenção para as Notas Explicativas nºs 4 e 13 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, nas quais citam que a Companhia registrou o ágio e mais valia decorrente da aquisição da totalidade das ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE). A aquisição dessa Companhia ocorreu em função de condições impostas pelo Porto de Roterdã, conforme citado na Nota Explicativa nº 3. Entretanto, à época, a adquirente e adquirida possuíam controle acionário comum, do Governo do Estado do Ceará. Em função de serem Entidades Públicas, ambas são obrigadas a seguir as regulamentações da Lei nº 8.666/93 ("Lei das Licitações") que impõe que a aquisição seja realizada a valor de mercado, devidamente suportado por laudo de avaliação aprovado pelos órgãos de governança da Companhia. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas devem ser lidas nesse contexto e podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulamentações previstas na Lei Estadual nº 8.666/93 ("Lei das licitações"), bem como, pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S.A. e sua Controlada continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua Controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 02 de abril de 2020.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)			31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	212.537	167.410	233.212	176.425	Fornecedores	16	5.505	4.893	6.799	5.499
Contas a receber	10	21.432	14.657	23.258	16.552	Obrigações fiscais	17	6.332	2.444	7.950	3.021
Estoques		680	211	680	211	Obrigações sociais e trabalhistas	18	3.623	3.020	3.991	3.940
Impostos a recuperar	11	13.947	10.348	14.075	10.355	Valores a pagar por aquisição de investida	4	28.400	34.000	28.400	34.000
Despesas pagas antecipadamente		1.499	1.345	1.522	1.368	Dividendos a pagar		7.711	490	16.070	490
Dividendos a receber		2.273	213	-	-	Participações nos lucros a pagar	19	9.500	5.090	11.810	6.194
Outros créditos		808	761	808	761	Outras contas a pagar		88	103	107	118
		253.176	194.945	273.555	205.672			61.159	50.040	75.127	53.262
Não circulante						Não circulante					
Aplicações financeiras - escrow account	12	51.660	54.725	51.660	54.725	Provisões para contingências	20	52.493	48.103	52.493	48.103
Depósitos judiciais		867	159	868	160			52.493	48.103	52.493	48.103
Tributos diferidos		6.003	2.856	6.003	2.856	Patrimônio líquido	21				
Investimentos	13	95.580	90.906	(2.202)	23	Capital social		1.069.658	286.414	286.393	286.414
Imobilizado	14	6.616	6.959	7.814	8.388	(-) Ações em Tesouraria		-	(21)	-	(21)
Intangível	15	816.510	832.613	898.321	914.561	Reserva de lucros a realizar		23.146	1.704	6.367	1.704
Diferido		54	54	54	54	Reserva legal		4.446	2.819	6.203	2.819
		977.290	988.272	962.518	980.767	Reserva de incentivo fiscal		19.488	10.772	26.149	10.772
						Adiantamento para futuro aumento de capital		-	783.265	783.265	783.265
						Ajustes de Avaliação Patrimonial		76	121	76	121
								1.116.814	1.085.074	1.108.453	1.085.074
Total do ativo		1.230.466	1.183.217	1.236.073	1.186.439	Total do passivo e patrimônio líquido		1.230.466	1.183.217	1.236.073	1.186.439

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida de vendas	22	169.219	144.152	211.566	161.520
(-) Custo dos serviços prestados	23	(86.371)	(51.568)	(97.592)	(57.568)
(=) Lucro bruto		82.848	92.584	113.974	103.952
(+/-) Receitas/(despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	24	(42.777)	(30.200)	(58.337)	(39.538)
Despesas tributárias		(1.324)	(1.044)	(1.412)	(1.056)
Equivalência patrimonial		9.570	196	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais		(122)	(7.651)	316	(7.651)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		48.195	53.885	54.541	55.707
Despesas financeiras	25	(5.603)	(805)	(5.642)	(1.161)
Receitas financeiras	25	14.314	3.278	15.570	3.424
(=) Resultado financeiro líquido		8.711	2.473	9.928	2.263
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		56.906	56.358	64.469	57.970
(-) Impostos sobre a renda	26	(18.024)	(20.450)	(23.277)	(20.958)
(+) Incentivo fiscal - SUDENE	26	8.716	10.772	8.716	10.772
(-) Impostos diferidos	26	3.147	2.969	3.147	2.969
Participação de empregados e administradores		(9.489)	(5.079)	(11.799)	(6.183)
(=) Lucro do período		41.256	44.570	41.256	44.570
Quantidade de ações ponderadas no exercício		134.355.201	39.464	-	-
Lucro do exercício, básico e diluído, por lote de mil ações (R\$)		0,00031	1,12938	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	41.256	44.570	41.256	44.570
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>41.256</u>	<u>44.570</u>	<u>41.256</u>	<u>44.570</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	(-) Ações em tesouraria	Reserva de lucros a realizar/(prejuízos) acumulados	Reserva legal	Reservas de incentivos fiscais	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros líquidos/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	53.414	(1)	(22.862)	2.716	-	-	121	-	33.388
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	44.570	44.570
Dividendos a pagar de exercícios anteriores	-	-	(8.640)	-	-	-	-	-	(8.640)
Aumento de capital	233.000	-	-	-	-	-	-	-	233.000
Constituição da reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	10.772	-	-	(10.772)	-
Aporte do direito de uso	-	-	-	-	-	783.265	-	-	783.265
Recuperação de ações	-	(20)	-	-	-	-	-	-	(20)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(489)	(489)
Constituição da reserva legal	-	-	-	103	-	-	-	(103)	-
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	33.206	-	-	-	-	(33.206)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	286.414	(21)	1.704	2.819	10.772	783.265	121	-	1.085.074
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	41.256	41.256
Aumento de capital	783.244	21	-	-	-	(783.265)	-	-	-
Dividendos a pagar de exercícios anteriores	-	-	(1.743)	-	-	-	-	-	(1.743)
Realização de ajuste a avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(45)	-	(45)
Constituição da reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	8.716	-	-	(8.716)	-
Constituição da reserva legal	-	-	-	1.627	-	-	-	(1.627)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(7.728)	(7.728)
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	23.185	-	-	-	-	(23.185)	-
Saldos em 30 de setembro de 2019	1.069.658	-	23.146	4.446	19.488	-	76	-	1.116.814

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	41.256	44.570	41.256	44.570
Resultado de alienação de ativo imobilizado/intangível	500	435	500	435
Equivalência patrimonial	(9.570)	(196)	-	-
Depreciações e amortizações	34.327	2.202	35.523	2.684
Impostos diferidos	(3.147)	(2.969)	(3.147)	(3.984)
Contingências	4.390	578	4.390	578
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa, líquidas	4.864	(2.777)	4.864	(2.777)
Lucro líquido ajustado	<u>72.620</u>	<u>41.843</u>	<u>83.386</u>	<u>41.506</u>
Aumento líquido/(redução) nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	(11.639)	8.126	(11.570)	8.126
Estoques	(469)	(72)	(469)	(72)
Outros créditos	(47)	11.456	(47)	11.456
Impostos a recuperar	(3.599)	(6.599)	(3.720)	(6.599)
Depósitos judiciais	(708)	1.015	(3.147)	1.015
Despesas pagas antecipadamente	(154)	(1.154)	(154)	(1.154)
Aumento líquido/(redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	612	(831)	1.300	(831)
Obrigações fiscais	3.888	(1.523)	4.929	(1.523)
Obrigações sociais e trabalhistas	603	62	51	62
Participações nos lucros a pagar	4.410	(1.343)	5.616	(1.343)
Outras contas a pagar	(5.716)	70	(1.050)	70
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>59.801</u>	<u>51.050</u>	<u>75.125</u>	<u>50.713</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Caixa e equivalentes de caixa adquirido	-	-	-	7.092
Efeito de controlada não consolidada anteriormente	-	-	-	2.702
Recebimento de dividendos de controlada	2.836	-	-	-
Aplicações financeiras - escrow account	3.065	(54.725)	3.065	(54.725)
Aquisição de participação societária	-	(56.900)	-	(56.900)
Aquisição de bens do imobilizado/intangível	(18.381)	(22.761)	(19.209)	(23.203)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(12.480)</u>	<u>(134.386)</u>	<u>(16.144)</u>	<u>(125.034)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de capital	-	233.000	-	233.000
Pagamentos de dividendos	(2.194)	(11.519)	(2.194)	(11.519)
Créditos com sócios	-	-	-	-
Recuperação de ações	-	(20)	-	(20)
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades de financiamentos	<u>(2.194)</u>	<u>221.461</u>	<u>(2.194)</u>	<u>221.461</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>45.127</u></u>	<u><u>138.125</u></u>	<u><u>56.787</u></u>	<u><u>147.140</u></u>
Caixa no início do período	167.410	29.285	176.425	29.285
Caixa no final do período	212.537	167.410	233.212	176.425
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>45.127</u></u>	<u><u>138.125</u></u>	<u><u>56.787</u></u>	<u><u>147.140</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A atividade da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S.A. ("Companhia" ou "CIPP") teve sua origem formal em 22 de dezembro de 1995, data de sua criação por meio da Lei Estadual nº 12.536 publicada no Diário Oficial do Estado em 27 de dezembro de 1995.

A Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S.A. está vinculada às políticas estaduais voltadas ao tema estratégico "Infraestrutura e Mobilidade", e ao eixo "Ceará de Oportunidades", ambos presentes no Plano Plurianual (PPA) do quadriênio 2016-2019. O resultado esperado para as políticas desenvolvidas nesse eixo é o de assegurar o desenvolvimento sustentável. O principal indicador para fins de acompanhamento do atingimento do resultado é o que trata da Movimentação da Carga no Terminal do Pecém (MCTP).

Destaque-se que o tema estratégico "Infraestrutura e Mobilidade" adere a missão do Porto do Pecém de oferecer soluções seguras e eficientes de logística de transporte multimodal de cargas, atuando como indutor de novos negócios, diretamente ou por meio de parcerias, promovendo o desenvolvimento sustentável para o Estado do Ceará e a sua visão de futuro que é tornar-se até 2030 um dos maiores portos-indústrias do país, um porto concentrador (hub) e principal acesso para a nova fronteira agrícola.

O Estado, com sua política, propõe investimentos em todos os modais de transporte, contemplando os transportes rodoviário, ferroviário, marítimo e aeroviário, envolvendo recursos estaduais e federais. Visa-se o fortalecimento dos eixos logísticos de integração regionais, adequando-os a uma nova realidade de uma rede logística eficiente. Todos os projetos têm como norteador o Programa Estadual de Logística e Transportes do Ceará (PELT/CE), que se propõe a ser um norteador das ações do Governo do Estado, numa visão de longo prazo, fornecendo os elementos necessários à preparação de uma agenda para a política da logística de carga, que priorize os investimentos em projetos de transportes e procedimentos na cadeia logística com a maior potencialidade de obter ganhos de eficiência nos custos.

Em relação a CIPP, e de modo a ampliar a capacidade de movimentação de cargas do Terminal Portuário do Pecém, encontra-se em implantação a 2ª fase de expansão do Terminal Portuário, contemplando novos berços de atracação, uma nova ponte acesso aos píeres e o alargamento do quebra-mar existente, tudo contemplado pelo Plano de Desenvolvimento Portuário. Além desses, são necessários investimentos na retroárea e na infraestrutura on-shore do terminal que ocorrerão pari passu ao ritmo de ampliação da estrutura off-shore e do crescimento na movimentação no porto, de modo que se mantenha o alto nível de desempenho operacional e de produtividade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Em 25 de julho de 2018, a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição de 10.000.000 (dez milhões) de ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE), sociedade brasileira que tem como principal atribuição promover atos de gestão necessários à implantação, operação e desenvolvimento da Zona de Processamento de Exportação do Ceará. A aquisição foi realizada pelo valor de R\$ 90.899.928,28 (noventa milhões, oitocentos e novamente e nome mil, novecentos e vinte oito reais e vinte e oito centavos).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 2 de abril de 2020.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todo o período apresentado, salvo indicação contrária.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item:

- Instrumentos financeiros: mensurados a valor justo por meio do resultado.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Empresa exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados podem ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

2.3. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e sua controlada direta, a seguir:

	% de participação	
	dez/19	dez/18
Companhia Administradora da Zona Portuária de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE Ceará	100,00	100,00

As políticas contábeis foram aplicadas com uniformidade em todas as Companhias consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuído aos sócios da Companhia em suas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Companhia em suas demonstrações contábeis individuais.

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir.

Saldos e transações intercompany, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intercompany, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

2.4. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional") e estão sendo apresentadas em milhares de reais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6. Instrumentos financeiros

Classificação - ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Redução ao valor recuperável (impairment) - ativos financeiros e ativos contratuais:

O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito com base na melhor estimativa da Administração.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e de sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

2.8. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, são substancialmente de almoxarifado, composto de itens para consumo na operação e na Administração da Companhia.

2.9. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.10. Investimentos

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis de controladas são consolidadas integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Sociedade.

2.11. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício social.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Conforme OCPC05, por se tratar de um contrato de concessão de exploração de infraestrutura, somente os bens que possam ser retidos ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com o CPC 27. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão serão classificados como infraestrutura da Concessão no intangível.

Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia.

2.12. Ativos intangíveis

Infraestrutura da concessão

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante um prazo determinado.

O contrato de concessão estabelecido entre o Estado do Ceará e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura.

As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados.

Softwares

As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos e são amortizadas conforme vida útil.

2.13. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

2.14. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.15. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

2.16. Participações nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.17. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Sociedade atua e gera lucro tributável.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de Impostos de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os Impostos de Renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.18. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Companhia goza de incentivo fiscal (benefício SUDENE) de redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição até o ano-base de 2019. Os valores correspondentes à redução do Imposto de Renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta "Reserva de Incentivo Fiscal".

2.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.20. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) e reconhecidos ao custo de aquisição e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Sociedade. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

2.21. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de sua controlada.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. Alienação de ações para o Porto de Roterdã ("PoR")

A Companhia e o Porto de Roterdã ("PoR") mantêm uma relação comercial desde 2016. Inicialmente, a relação se deu por meio da prestação de serviços de consultoria administrativa pelo "PoR".

Posteriormente, ocorreu a assinatura de Memorando de Entendimento ("MoU") em março de 2017. Esse memorando tinha como objetivo a alienação de uma participação acionária do complexo conjunto congregando a Companhia e a Companhia Administradora da Zona Portuária de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE) Ceará para o Porto de Roterdã.

No geral, o Porto de Roterdã condicionou a evolução das negociações a três pilares:

1. Companhia Administradora da Zona Portuária de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE) Ceará se tornar controlada direta da Companhia;
2. A Companhia (Complexo incluído a ZPE) se tornar uma empresa autossustentável;
3. Propriedade conjunta.

Em outubro de 2017, foi sancionada a Lei Estadual nº 16.372, que autoriza o Estado do Ceará a mudar o nome da Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos para Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S.A., amplia o seu escopo para todo o Complexo do Pecém, autoriza a aquisição da ZPE para se tornar sua subsidiária da Companhia e autoriza o Estado a ceder o uso de todos os ativos do Complexo para a Companhia, dentre outras deliberações.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Em janeiro de 2018, o Governo do Estado do Ceará e o Porto de Roterdã firmaram a estrutura do acordo, com as condições de que Roterdã adquirirá participação na Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S.A.

Em julho de 2018, a Companhia, adquire 10.000.000 (dez milhões) de ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE, conforme condição estabelecida no Memorando de Entendimento ("MoU"). Maiores explicações na nota explicativa nº 4.

Em dezembro de 2018, foi finalizada as negociações com o Porto de Roterdã, no qual efetuou integralização de R\$ 233.000 (duzentos e trinta e três milhões) equivalentes a 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia.

4. Combinação de negócios - ZPE

Em função de um dos covenants das negociações junto ao Porto de Roterdã (conforme citado na Nota Explicativa nº 3), ser a Companhia Administradora da Zona Portuária de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE Ceará se tornar controlada direta da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP S.A.

A Companhia, através de processo de dispensa de licitação, devidamente homologado pelo parecer 05/2018 (processo nº 32673770/2018) emitido pela Procuradoria Geral do Estado do Ceará, em 25 de julho de 2018, celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição de 10.000.000 (dez milhões) de ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE, sociedade brasileira que tem como principal atribuição promover atos de gestão necessários à implantação, operação e desenvolvimento da Zona de Processamento de Exportação do Ceará.

Devido a necessidade de dispensa de licitação, o processo de aquisição das ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE, teve que seguir as previsões legais do artigo 26º da Lei nº 8.666/93. Em função disto, a aquisição das ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE se deu pelo valor de mercado.

A aquisição foi realizada pelo valor de R\$ 90.899.928,28 (noventa milhões, oitocentos e novamente e nome mil, novecentos e vinte oito reais e vinte e oito centavos).

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Seguindo as prerrogativas do item 45 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócio, a Companhia no exercício subsequente a aquisição da ZPE, e de posse de maiores informações sobre a adquirida, realizou a remensuração da combinação de negócio o que resultou em ajustes não significativo na alocação do preço de compras.

A Companhia alocou o preço de aquisição da seguinte forma:

Parcela fixa do preço de aquisição	90.900
(-) Patrimônio líquido da empresa adquirida	(13.513)
Preço pago excedente	<u>77.387</u>
(-) Mais valia de software	(249)
(-) Mais valia de contratos com clientes	(22.822)
(-) Mais valia de autorização para funcionamento	(54.316)

Do valor de R\$ 90.900 referente ao preço de aquisição da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE, R\$ 28.400 remanesciam a pagar em 31 de dezembro de 2019.

A seguir, são apresentados os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

	Acervo líquido adquirido em 03.08.2019	Ajuste ao valor justo	Acervo líquido adquirido ao valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	7.092	-	7.092
Contas a receber	2.250	-	2.250
Impostos a recuperar	91	-	91
Despesas pagar antecipadas	95	-	95
Ativo circulante	<u>9.528</u>	<u>-</u>	<u>9.528</u>
Depósitos judiciais	1	-	1
Imobilizado	1.495	-	1.495
Intangível	4.513	-	4.513
Relacionamento contratual com cliente (a)	-	22.822	22.822
Autorização para funcionamento	-	54.316	54.316
Mais valia de software	-	249	249
Ativo não circulante	<u>6.009</u>	<u>77.387</u>	<u>83.396</u>
Total do ativo	<u>15.537</u>	<u>77.387</u>	<u>92.924</u>

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Acervo líquido adquirido em 03.08.2019	Ajuste ao valor justo	Acervo líquido adquirido ao valor justo
Fornecedores	735	-	735
Obrigações fiscais	452	-	452
Obrigações trabalhistas	822	-	822
Outras contas a pagar	15	-	15
Passivo circulante	<u>2.024</u>	<u>-</u>	<u>2.024</u>
Patrimônio líquido	13.513	77.387	90.900
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>15.537</u>	<u>77.387</u>	<u>92.924</u>

- (a) Refere-se ao valor justo da existência de relacionamento contratual com cliente de longa data e que representa uma vantagem competitiva. Esse ativo intangível tem vida útil definida estimada em quinze anos.

5. Instrumentos financeiros

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de sua controlada a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia e de sua controlada se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de sua controlada.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia e de sua controlada, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado (taxa de juros)

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e sua controlada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (aplicável as aplicações financeiras).

Com relação a taxa de juros, a Administração da Companhia entende que esse risco é reduzido, pois somente faz investimento essencialmente atrelados ao CDI e monitora continuamente o comportamento desses indicadores no mercado, visando reduzir a exposição da Companhia e de sua controlada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito com clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Para os créditos com clientes, a Administração da Companhia faz o gerenciamento constantes de tais clientes.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5.2. Gestão de capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

6. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e de sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

a) Imposto de Renda, Contribuição Social e outros impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Provisões para riscos processuais

A Companhia e sua controlada são partes em diversos processos judiciais e administrativos como descrito na Nota Explicativa nº 19. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

7. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

a) CPC 06 R2 (IFRS 16) operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06 R2 (IFRS 16) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Companhia avaliou e concluiu que não há impactos significativos na adoção do CPC 06 R2 (IFRS 16).

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

b) ICPC 22 (IFRIC 23) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a Entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Companhia avaliou e concluiu que não há incertezas significativas quando da aplicação de tratamentos fiscais que envolvam tributos sobre os lucros, e logo, a interpretação em questão não gera impactos qualitativos e quantitativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e exercício anteriores.

8. Reapresentação das cifras comparativas

Com base nas orientações emanadas pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, mudanças de estimativas e ratificação de erro, a Companhia, objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial, procedeu o registro de correção dos saldos a seguir.

Seguem os impactos do balanço patrimonial da controladora e do consolidado:

	Notas	Controladora				
		Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado		
Caixa	(i)	222.135	(54.725)	167.410		
Outros ativos circulante		27.535	-	27.535		
Total do ativo circulante		249.670	(54.725)	194.945		
Aplicações financeiras - escrow account	(i)	-	54.725	54.725		
Outros ativos não circulante		933.547	-	933.547		
Total do ativo não circulante		933.547	54.725	988.272		
Total do ativo		1.183.217	-	1.183.217		
				Consolidado		
	Notas	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado		
Caixa	(i)	231.150	(54.725)	176.425		
Outros ativos circulante		29.247	-	29.247		
Total do ativo circulante		260.397	(54.725)	205.672		
Aplicações financeiras - escrow account	(i)	-	54.725	54.725		
Outros ativos não circulante		926.042	-	926.042		
Total do ativo não circulante		926.042	54.725	980.767		
Total do ativo		1.186.439	-	1.186.439		

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Segue os impactos nas demonstrações dos fluxos de caixa da controladora e do
consolidado:

		Controladora		
	Notas	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Fluxo de caixa das operações		51.050	-	51.050
Fluxo de caixa dos investimentos	(i)	(79.661)	(54.725)	(134.386)
Fluxo de caixa dos financiamentos		221.461	-	221.461
(=) Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		192.850	(54.725)	138.125
Caixa no início do período		29.285	-	29.285
Caixa no final do período	(i)	222.135	(54.725)	167.410
(=) Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		192.850	(54.725)	138.125

		Controladora		
	Notas	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Fluxo de caixa das operações		50.713	-	50.713
Fluxo de caixa dos investimentos	(i)	(70.309)	(54.725)	(125.034)
Fluxo de caixa dos financiamentos		221.461	-	221.461
(=) Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		201.865	(54.725)	147.140
Caixa no início do período		29.285	-	29.285
Caixa no final do período	(i)	231.150	(54.725)	176.425
(=) Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		201.865	(54.725)	147.140

(i) Em função da alienação das ações para o Porto de Roterdã ("PoR"), a Companhia teve que constituir escrow account (conta garantia) em função das contingências trabalhistas existente. Em função disso o saldo das aplicações financeiras relacionada a essa escrow account foi reclassificado para o ativo não circulante da Companhia.

Não houve impacto nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido.

9. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	dez/19	dez/18 (reapresentado)	dez/19	dez/18 (reapresentado)
Caixa	4	4	7	7
Conta corrente	4	6	18	25
Aplicações financeiras	212.529	167.400	233.187	176.393
	<u>212.537</u>	<u>167.410</u>	<u>233.212</u>	<u>176.425</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

10. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18
Mercado interno	38.716	26.579	40.542	28.474
Parcelamentos	-	498	-	498
(-) Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(17.284)	(12.420)	(17.284)	(12.420)
	<u>21.432</u>	<u>14.657</u>	<u>23.258</u>	<u>16.552</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Controladora		Consolidado	
	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18
Aging list				
Títulos a vencer	18.015	10.499	19.841	12.207
Até 30 dias	2.448	1.535	2.448	1.535
De 30 a 60 dias	293	551	293	736
Há mais de 60 dias	17.960	13.994	17.960	13.996
Parcelamentos	-	498	-	498
	<u>38.716</u>	<u>27.077</u>	<u>40.542</u>	<u>28.972</u>

A Companhia registra a provisão para Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), após análise individualizada dos clientes.

A movimentação da Provisão Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) está demonstrada a seguir:

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	<u>dez/19</u> (12.420)
Adições	(6.226)
Reversão	1.362
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	<u>(17.284)</u>

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	10.420	9.587	10.502	9.595
PIS e COFINS a recuperar	110	110	145	110
IRRF a recuperar	2.589	393	2.589	393
Demais tributos a recuperar	828	258	839	257
	<u>13.947</u>	<u>10.348</u>	<u>14.075</u>	<u>10.355</u>

12. Aplicações financeiras - escrow account

Refere-se a valor mantido em aplicação financeira (Escrow Account) oriundo da alienação de parte das ações ao Porto de Roterdã ("PoR"), conforme Nota Explicativa nº 3. O Saldo está aplicado em certificado de depósito bancário com referência a 100% do "CDI".

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.
(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de Reais)

13. Investimentos

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

	ZPE (ii)	Mais valia - contratos com clientes	Mais valia - autorização de funcionamento	Mais valia - software	Investimentos mantidos ao custo (i)	Total
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	23	23
Combinação de negócios - ZPE (ii)	13.513	21.510	55.877	-	-	90.900
Resultado de equivalência patrimonial	196	-	-	-	-	196
Distribuição de dividendos para a CIPP	(213)	-	-	-	-	(213)
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2018	13.496	21.510	55.877	-	23	90.906
Ajuste do PPA (Purchase price allocation) (iii)	-	1.312	(1.561)	249	-	-
Amortização da mais valia	-	(2.156)	-	(70)	-	(2.226)
Resultado de equivalência patrimonial	9.570	-	-	-	-	9.570
Distribuição de dividendos para a CIPP	(2.670)	-	-	-	-	(2.670)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2019	20.396	20.666	54.316	179	23	95.580

- (i) Refere-se a investimento mantidos nas empresas Textil Bezerra de Menezes - TBM e Gerdau S/A. A Companhia não mantém influência significativa sobre tais investimentos, em função disso, mantém tais investimentos mensurado ao valor de custo aquisição;
- (ii) Vide Nota Explicativa nº 4;
- (iii) Seguindo as prerrogativas do item 45 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócio, a Companhia no exercício subsequente a aquisição da ZPE, e de posse de maiores informações sobre a adquirida, realizou a remensuração da combinação de negócio o que resultou em ajustes não significativo na alocação do preço de compras.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

14. Imobilizado

	Controladora			
	dez/19			dez/18
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Valor líquido
Móveis e utensílios	1.834	(1.084)	750	814
Máquinas, equip. e ferramentas	4.781	(1.705)	3.076	1.910
Veículos	2.898	(2.098)	800	1.215
Equipamentos de proc dados	5.416	(3.985)	1.431	2.411
Embarcações	29	(13)	16	19
Equipamentos de comunicações	874	(445)	429	466
Outros bens imóveis	15	(2)	13	13
Instalações portuárias e marítimas	48	(6)	42	43
Biblioteca	5	(5)	-	1
Câmara frigorífica	210	(160)	50	57
Veículos aéreos não tripulados	10	(1)	9	10
Totais	16.120	(9.504)	6.616	6.959

	Consolidado			
	dez/19			dez/18
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Valor líquido
Móveis e utensílios	1.967	(1.137)	830	906
Máquinas, equip. e ferramentas	5.559	(1.792)	3.767	2.637
Veículos	3.173	(2.289)	884	1.354
Equipamentos de proc dados	6.046	(4.272)	1.774	2.882
Embarcações	29	(13)	16	19
Equipamentos de comunicações	874	(445)	429	466
Outros bens imóveis	15	(2)	13	13
Instalações portuárias e marítimas	48	(6)	42	43
Biblioteca	5	(5)	-	1
Câmara frigorífica	210	(160)	50	57
Veículos aéreos não tripulados	10	(1)	9	10
Totais	17.936	(10.122)	7.814	8.388

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.
(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de Reais)

Movimentação do Ativo Imobilizado

Bens em Operação	Controladora					dez/19
	Movimentação do ativo imobilizado					
	dez/18	Aquisições	Baixas	Depreciações	Reclassificações	
Móveis e utensílios	814	167	(35)	(196)	-	750
Máquinas, equip. e ferramentas	1.910	417	(122)	(337)	1.208	3.076
Veículos	1.215	-	(318)	(97)	-	800
Equipamentos de proc dados	2.411	-	(25)	(955)	-	1.431
Embarcações	19	-	-	(3)	-	16
Equipamentos de comunicações	466	51	-	(88)	-	429
Outros bens imóveis	13	-	-	-	-	13
Instalações portuárias e marítimas	43	-	-	(1)	-	42
Biblioteca	1	-	-	(1)	-	-
Camara frigorifica	57	-	-	(7)	-	50
Veículos aéreos não tripulados	10	-	-	(1)	-	9
	<u>6.959</u>	<u>635</u>	<u>(500)</u>	<u>(1.686)</u>	<u>1.208</u>	<u>6.616</u>

Bens em Operação	Consolidado					dez/19
	Movimentação do ativo imobilizado					
	dez/18	Aquisições	Baixas	Depreciações	Reclassificações	
Móveis e utensílios	906	168	(35)	(209)	-	830
Máquinas, equip. e ferramentas	2.637	416	(122)	(372)	1.208	3.767
Veículos	1.354	-	(318)	(152)	-	884
Equipamentos de proc dados	2.882	-	(25)	(1.083)	-	1.774
Embarcações	19	-	-	(3)	-	16
Equipamentos de comunicações	466	51	-	(88)	-	429
Outros bens imóveis	13	-	-	-	-	13
Instalações portuárias e marítimas	43	-	-	(1)	-	42
Biblioteca	1	-	-	(1)	-	-
Camara frigorifica	57	-	-	(7)	-	50
Veículos aéreos não tripulados	10	-	-	(1)	-	9
	<u>8.388</u>	<u>635</u>	<u>(500)</u>	<u>(1.917)</u>	<u>1.208</u>	<u>7.814</u>

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

15. Intangível

Movimentação do ativo intangível

	Movimentação do ativo intangível				dez/19
	dez/18	Aquisições	Reclassificações	Amortização	
Direito de uso	833.788	17.746	(1.208)	-	850.326
Software	1.265	-	-	-	1.265
Amortização direito de uso	(1.720)	-	-	(32.457)	(34.177)
Amortização software	(720)	-	-	(184)	(904)
	<u>832.613</u>	<u>17.746</u>	<u>(1.208)</u>	<u>(32.641)</u>	<u>816.510</u>

	Consolidado				dez/19
	dez/18	Aquisições	Reclassificações	Amortização	
Direito de uso	835.749	18.574	(1.208)	-	853.115
Software	5.465	-	-	-	5.465
Amortização direito de uso	(1.506)	-	-	(32.457)	(33.963)
Amortização software	(2.534)	-	-	(1.149)	(3.683)
Mais valia na aquisição da ZPE Ceará	21.510	-	-	-	21.510
Ágio na aquisição da ZPE Ceará	55.877	-	-	-	55.877
	<u>914.561</u>	<u>18.574</u>	<u>(1.208)</u>	<u>(33.606)</u>	<u>898.321</u>

- (i) Em 28 de novembro de 2018, a Companhia firmou com o Estado do Ceará, termo de cessão que tem por objeto a cessão do direito de uso, a título gratuito, de 3.613,30 hectares da área descrita, com todos os seus bens acessórios, tais quais edificações, benfeitorias e acessões, ativos, pertencas e partes integrantes, contidos na referida área, tudo correspondente a imóveis de propriedade do Estado, ou que estão sob sua posse. O presente Termo possui um prazo de 25 (vinte e cinco) anos, o qual poderá ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos.

A amortização, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

16. Fornecedores

Composto por fornecedores nacionais, substancialmente para manutenção do funcionamento e operações das instalações da Companhia e sua controlada, o prazo de pagamento médio não supera 60 dias. Em 31 de dezembro de 2019, os saldos apresentados na rubrica são nos montantes de R\$ 5.505 mil e R\$ 6.799 mil, respectivamente na controladora e consolidado (2018: R\$ 4.893 mil e R\$ 5.499 mil).

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

17. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18
Processos Fiscais - RFB	2.055	-	2.055	-
IPPJ e CSLL a recolher	716	276	1.878	344
IRRF a recolher	52	37	148	144
ISS a recolher	692	451	766	559
PIS e COFINS a recolher	2.389	1.448	2.518	1.742
INSS retido de terceiros a recolher	428	232	585	232
	<u>6.332</u>	<u>2.444</u>	<u>7.950</u>	<u>3.021</u>

18. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18
INSS a recolher	495	414	560	733
FGTS a recolher	195	135	220	397
Provisão para férias	1.763	1.463	1.970	1.585
INSS sobre provisão de férias	471	424	526	458
FGTS sobre provisão de férias	140	117	156	127
IRRF sobre folha	525	373	525	373
Outras obrigações sociais	34	27	34	200
Rescisões a pagar	-	67	-	67
	<u>3.623</u>	<u>3.020</u>	<u>3.991</u>	<u>3.940</u>

19. Participações nos lucros

	Controladora		Consolidado	
	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18
Participação dos empregados	6.804	3.871	9.114	4.975
Participação dos administradores	2.696	1.219	2.696	1.219
	<u>9.500</u>	<u>5.090</u>	<u>11.810</u>	<u>6.194</u>

Os fundamentos para a instituição desta Política estão contidos na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que decorre da aplicação do inciso XI do artigo 7º da Constituição Federal e nos Princípios e Valores adotados pela CIPP S/A e ZPE/Ceará, para os empregados, observando-se o disposto na cláusula sexta do acordo coletivo de trabalho 2019 sobre PLR no que se refere a CIPP.

20. Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em vários processos cíveis e trabalhistas que se encontram aguardando julgamento em diversas instancias. As provisões para contingências, para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores e nas normas específicas. As ações que foram prognosticadas como prováveis perdas para a Companhia estão provisionadas.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18
Contingências trabalhistas	52.493	48.103	52.493	48.103
	<u>52.493</u>	<u>48.103</u>	<u>52.493</u>	<u>48.103</u>

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível, trabalhista e juizados especiais, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível no montante de R\$ 378 mil.

21. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018, totaliza em 49.211.720 ações, todas de classe única (ordinária), nominativas e sem valor nominal. A composição acionária é distribuída da seguinte forma:

	dez/18		% Participação
	Ações ON	Total	
Estado do Ceará	34.452.773	34.452.773	70,00
Port of Pecém Participações BV	14.758.947	14.758.947	30,00
Totais	<u>49.211.720</u>	<u>49.211.270</u>	

Durante a Assembleia Geral Ordinária Extraordinária foi aprovado o aumento de capital por parte dos acionistas com o crédito decorrente de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 783.265 com a emissão de 127.715.222 (cento e setenta e sete milhões setecentos e quinze mil e duzentos e vinte duas) ações.

	dez/19		% Participação
	Ações ON	Total	
Estado do Ceará	123.848.859	123.848.859	70,00
Port of Pecém Participações BV	53.078.083	53.078.083	30,00
Totais	<u>176.926.942</u>	<u>176.926.942</u>	

(b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

(c) Reserva de lucros a realizar

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de lucros a realizar é criada somente depois de considerados os requisitos previstos nos artigos 30º, 31º e 32º do estatuto social da Companhia.

(d) Reserva de incentivo fiscal

Em 2018, a Companhia obteve o benefício fiscal da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade portuária.

O processo de modernização foi comprovado perante a SUDENE, por meio de documentação e verificação pela visita técnica que a Companhia recebeu dos analistas da SUDENE.

O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis. Conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, do Decreto-Lei nº 1.598/77.

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da lei foi contabilizado no resultado do período, em 31 de dezembro de 2019 o montante foi de R\$ 8.716.

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro Líquido do exercício	41.256	44.570
(-) Ajustes de exercícios anteriores	-	(31.739)
(-) Incentivo fiscal - SUDENE	<u>(8.716)</u>	<u>(10.772)</u>
Base para reserva legal	32.540	2.059
Reserva Legal	(1.627)	(103)
Base para dividendo mínimo obrigatório	30.913	1.956
Dividendo mínimo obrigatório	<u><u>(7.728)</u></u>	<u><u>(489)</u></u>

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

22. Receita líquida de vendas

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18
Receita de serviço	196.694	171.972	245.632	191.569
Deduções da receita				
(-) COFINS sobre receita	(14.925)	(13.094)	(18.649)	(14.583)
(-) PIS sobre receita	(3.240)	(2.836)	(4.048)	(3.159)
(-) ISS sobre receita	(8.991)	(6.898)	(11.049)	(7.314)
(-) Cancelamento de serviços	(319)	(4.992)	(320)	(4.993)
Receita operacional líquida	<u>169.219</u>	<u>144.152</u>	<u>211.566</u>	<u>161.520</u>

23. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18
Energia elétrica	15.600	15.633	15.600	15.633
Serviços prestados	14.392	14.384	18.575	20.096
Custo com pessoal	12.768	11.996	19.440	11.996
Manutenção e conservação	7.155	4.814	7.288	4.814
Outros	3.976	3.625	3.976	3.625
Depreciação e amortização	32.180	578	32.180	578
Materiais auxiliares	5	347	5	347
Combustíveis e lubrificantes custo	295	191	528	479
	<u>86.371</u>	<u>51.568</u>	<u>97.592</u>	<u>57.568</u>

24. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18
Despesa com pessoal	12.249	10.936	21.869	18.412
Serviços prestados	13.771	11.119	13.874	11.166
Depreciação e amortização	2.458	1.875	3.656	1.875
Amortização da mais valia	2.226	-	2.226	-
Honorário da Administração	906	1.171	2.087	1.836
Outros despesas	2.708	1.881	4.814	2.302
Energia elétrica	987	1.021	1.479	1.279
Seguro portuário	1.174	573	1.174	573
Viagens e estádias	199	403	245	403
PECLD	4.864	-	4.864	-
Feiras e eventos	228	367	361	367
Combustíveis e lubrificantes	162	107	162	107
Telecomunicação	313	254	313	254
Manutenção e conservação	124	247	715	719
Materiais de expediente	408	246	498	245
	<u>42.777</u>	<u>30.200</u>	<u>58.337</u>	<u>39.538</u>

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	3	10	3	10
Juros ativos	162	742	705	748
Outras receitas financeiras	65	127	65	127
Rendimentos de aplicações financeiras	14.084	2.399	14.797	2.539
	<u>14.314</u>	<u>3.278</u>	<u>15.570</u>	<u>3.424</u>
Despesas financeiras				
Descontos concedidos	(234)	(789)	(234)	(789)
Atualização das provisões para contingências	(4.574)	-	(4.574)	-
Outras despesas financeiras	(795)	(16)	(834)	(372)
	<u>(5.603)</u>	<u>(805)</u>	<u>(5.642)</u>	<u>(1.161)</u>
Total	<u>8.711</u>	<u>2.473</u>	<u>9.928</u>	<u>2.263</u>

26. Impostos sobre a renda

	Controladora		Consolidado	
	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18
Impostos corrente				
(-) Imposto de renda	(13.172)	(14.952)	(17.028)	(15.322)
(+) Incentivo Fiscal - SUDENE	8.716	10.772	8.716	10.772
(-) Contribuição social sobre o lucro líquido	(4.852)	(5.498)	(6.249)	(5.636)
Impostos diferidos				
(-) Imposto de renda diferido	2.314	2.183	2.314	2.183
(-) Contribuição social sobre o lucro líquido diferido	833	786	833	786
	<u>(6.161)</u>	<u>(6.709)</u>	<u>(11.414)</u>	<u>(7.217)</u>

Reconciliação da alíquota efetiva

	Controladora	
	dez/19	dez/18
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	56.906	56.358
Alíquota do IRPJ	34,00%	34,00%
Imposto calculado com base em alíquotas vigentes - 34%	(19.348)	(19.162)
Itens de reconciliação		
Subvenção SUDENE	8.716	10.772
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.654	2.668
Provisão para contingência	1.732	301
Outros adições (exclusões) temporárias	1.085	(1.288)
Encargo fiscal	<u>(6.161)</u>	<u>(6.709)</u>
Alíquota efetiva	<u>10,83%</u>	<u>11,90%</u>

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

A seguir, a composição dos tributos diferidos:

	Controladora e consolidado			
	dez/19		dez/18	
	Base	Tributos diferidos	Base	Tributos diferidos
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	17.284	5.877	12.420	4.222
Provisão para contingências	52.493	17.848	48.103	16.355
Outros tributos diferido	(332)	(113)	(332)	(113)
(-) Ativos fiscais diferidos não contabilizados (i)	(51.791)	(17.609)	(51.791)	(18.248)
	<u>17.654</u>	<u>6.003</u>	<u>8.400</u>	<u>2.216</u>

27. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2019 é de 1.152 mil.